

ARQUIMEMÓRIA 6
SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

ARQUIMEMÓRIA 1 E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AS REFLEXÕES DO ENSINO OBRIGATÓRIO DA PRESERVAÇÃO DAS ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL.

ARQUIMEMORIA 1 Y SU APORTE A LAS REFLEXIONES SOBRE LA EDUCACIÓN OBLIGATORIA SOBRE LA PRESERVACIÓN DE LAS ESCUELAS DE ARQUITECTURA Y URBANISMO EN BRASIL.

ARCHIMEMORY 1 AND ITS CONTRIBUTION TO REFLECTIONS ON COMPULSORY EDUCATION ON THE PRESERVATION OF SCHOOLS OF ARCHITECTURE AND URBANISM IN BRAZIL.

Eixo 4 _As reflexões sobre o patrimônio

Mariana Vaz de Souza
Doutora, pesquisadora PROARQ/FAU/UFRJ, marivazcosta@gmail.com

Resumo:
Este trabalho tem como objetivo traçar uma narrativa do estado da arte dos eventos de arquitetura que debateram, no âmbito acadêmico e profissional, o papel dos arquitetos e urbanistas na preservação do patrimônio, destacando: o painel de formação promovido pela SPHAN-Pró-Memória e os preparativos para o ARQUIMEMÓRIA I.
Entre 1930 e 1970, tanto no âmbito nacional quanto internacional, as graduações em Arquitetura se consolidaram e passaram por diversas modificações, especialmente no final dos anos 1960, quando a política do governo brasileiro aumentou a oferta de vagas na universidade sem se importar com os custos e a qualidade, resultando em uma ampla oferta de cursos superiores nessa área no Brasil (ABEA, 2010, p. 70)
Durante esse período de formação do patrimônio, embora houvesse muita discussão sobre o papel da formação e da autonomia profissional do arquiteto, poucos são os registros das discussões sobre o ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura brasileiras antes da década de 1970. Uma declaração foi constatada em um documento encontrado no Arquivo Geral do IPHAN do Rio de Janeiro, elaborado pelo grupo responsável pela organização do 1o Encontro de Preservação de Bens Culturais, ARQUIMEMÓRIA I.
É possível afirmar que este Grupo de Trabalho estava em sintonia com o início da mudança de perspectiva e ampliação do conhecimento sobre preservação, em conformidade com as diretrizes do Compromisso de Brasília de 1972 e do de Salvador de 1973, do Programa das Cidades Históricas (PCH) O grupo também menciona a abordagem do assunto na Carta de Veneza de 1964, na Carta de Machu Picchu de 1977, na Carta de Pelotas de 1978 e na Carta de Nairóbi de 1976.
Os preparativos para o ARQUIMEMÓRIA I espelharam as dimensões do evento, reunindo a classe de arquitetos, o IAB, o órgão federal do patrimônio e as instituições de ensino superior.
Palavras-chave: ensino, patrimônio, pesquisa e atuação profissional.



Resumen:
Este trabajo tiene como objetivo esbozar una narrativa del estado del arte de eventos arquitectónicos que debatieron, en el ámbito académico y profesional, el papel de arquitectos y urbanistas en la preservación del patrimonio, destacando: el panel de formación promovido por SPHAN-Pró-Memória y Preparativos para ARCHIMEMÓRIA I.
Entre 1930 y 1970, tanto a nivel nacional como internacional, las carreras de Arquitectura se consolidaron y sufrieron varios cambios, especialmente a fines de la década de 1960, cuando la política del gobierno brasileño aumentó la oferta de plazas universitarias sin importar costos y calidad, resultando en una amplia gama. de cursos de educación superior en esta área en Brasil (ABEA, 2010, p. 70)
Durante este período de formación patrimonial, aunque hubo mucha discusión sobre el papel de la formación y la autonomía profesional del arquitecto, hay pocos registros de discusiones sobre la enseñanza del patrimonio en las Escuelas de Arquitectura brasileñas antes de la década de 1970 en un documento encontrado en el Archivo General. del IPHAN en Río de Janeiro, elaborado por el grupo responsable de la organización del 1er Encuentro para la Preservación de los Bienes Culturales, ARQUIMEMÓRIA I.
Es posible afirmar que este Grupo de Trabajo estuvo en sintonía con el inicio del cambio de perspectiva y ampliación del conocimiento sobre la preservación, de acuerdo con las directrices del Compromiso de Brasilia de 1972 y el Compromiso de Salvador de 1973, del Programa de Ciudades Históricas. (PCH) El grupo también menciona el abordaje del tema en la Carta de Venecia de 1964, la Carta de Machu Picchu de 1977, la Carta de Pelotas de 1978 y la Carta de Nairobi de 1976.
Los preparativos de ARQUIMEMÓRIA I reflejaron las dimensiones del evento, reuniendo a la promoción de arquitectos, el IAB, el organismo federal de patrimonio e instituciones de educación superior.
Palabras clave: docencia, patrimonio, investigación y desempeño profesional.

Abstract:
This paper aims to outline a narrative of the state of the art of architectural events that debated, in the academic and professional spheres, the role of architects and urban planners in the preservation of heritage, highlighting: the training panel promoted by SPHAN-Pró-Memória and the preparations for ARQUIMEMÓRIA I.
Between 1930 and 1970, both nationally and internationally, undergraduate courses in Architecture were consolidated and underwent several changes, especially in the late 1960s, when the Brazilian government's policy increased the number of university places offered without regard for costs and quality, resulting in a wide range of higher education courses in this area in Brazil (ABEA, 2010, p. 70).
During this period of heritage formation, although there was much discussion about the role of training and professional autonomy of architects, there are few records of discussions about heritage education in Brazilian Architecture Schools before the 1970s. A statement was found in a document found in the General Archive of the IPHAN of Rio de Janeiro, prepared by the group responsible for organizing the 1st Meeting on the Preservation of Cultural Assets, ARQUIMEMÓRIA I.
It is possible to state that this Working Group was in tune with the beginning of the change in perspective and expansion of knowledge about preservation, in accordance with the guidelines of the Commitment of Brasília of 1972 and the Commitment of Salvador of 1973, of the Historic Cities Program (PCH). The group also mentions the approach to the subject in the Venice Charter of 1964, in the Charter of Machu Picchu of 1977, in the Charter of Pelotas of 1978 and in the Charter of Nairobi of 1976.
The preparations for ARQUIMEMÓRIA I reflected the dimensions of the event, bringing together the architectural profession, the IAB, the federal heritage agency and higher education institutions.
Keywords: teaching, heritage, research and professional activity.

ARQUIMEMÓRIA 1 E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AS REFLEXÕES DO ENSINO OBRIGATÓRIO DA PRESERVAÇÃO DAS ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL.

Concretamente, as primeiras experiências com o ensino da preservação do patrimônio cultural para os arquitetos se deram no âmbito do trabalho técnico e da pós-graduação. Se analisarmos do ponto de vista do imediatismo necessário às ações frente à salvaguarda do patrimônio, os ainda estudantes de arquitetura não possuíam em sua grade curricular o ensino regular de patrimônio, que só teve início oficialmente em 1994, embora o prazo para implantação nas grades curriculares tenha sido flexibilizado até 1996.

Veremos, no decorrer deste trabalho, que, até a década de 1980, conforme afirma o documento A Formação do Arquiteto e a Preservação do Patrimônio Cultural, redigido pelos técnicos do SPHAN-Pró-Memória em 1981 para o ARQUIMEMÓRIA I, a simultânea presença dos técnicos que atuavam nos órgãos do patrimônio no ensino das Escolas de Arquitetura permitiu que experiências conjuntas entre universidades, órgãos do patrimônio e estudantes de graduação fossem pioneiras no Brasil.

A disciplina de Arquitetura no país, herança de Paulo Santos, despertou não apenas um novo olhar sobre o reconhecimento da história da arquitetura e das técnicas construtivas, mas possibilitou ampliar seu campo de estudo e ensino por intermédio dos trabalhos de inventário que passaram a ser também desenvolvidos dentro da academia. A expertise dos técnicos e professores irão protagonizar os primeiros contextos do ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura no Brasil.

DISCUSSÕES QUE ANTECEDEM A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DE PATRIMÔNIO NA GRADUAÇÃO

Os cursos autônomos de Arquitetura surgiram apenas a partir de 1930 (federalizado em 1949) em Minas Gerais e de 1945 no Rio de Janeiro (FNA). Entre as décadas de 1930 e 1970, tanto no cenário nacional quanto no internacional, as graduações em Arquitetura se consolidaram e sofreram muitas remodelações, principalmente no final da década de 1960, quando a política do governo brasileiro ampliou a quantidade de vagas na universidade sem se comprometer com os custos e com a qualidade, criando uma oferta indiscriminada de cursos superiores nessa área pelo Brasil (ABEA, 2010, p. 70). Com relação ao patrimônio, também observamos que sua trajetória inicial estava relacionada à produção da identidade nacional que nascia com o movimento modernista de 1922 e se consolidava com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), em 1937, com o Decreto-Lei n.º 25.

Durante esse período de formação do patrimônio, embora muito estivesse sendo discutido sobre o papel da formação e da autonomia profissional do arquiteto, poucos são os registros das discussões traçadas com relação ao ensino de patrimônio dentro das Escolas de Arquitetura brasileiras antes da década de 1970. Esta afirmação foi constatada num documento encontrado no Arquivo Geral do IPHAN do Rio de Janeiro, elaborado pelo grupo de trabalho da comissão organizadora do 1º Encontro de Preservação de Bens Culturais, ARQUIMEMÓRIA I, que se incumbiu de fazer levantamentos prévios sobre o tema em trabalhos e/ou eventos anteriores, os quais apontaremos a seguir acrescentando alguns poucos projetos não levantados na época pela comissão.

No que se refere aos Congressos de Arquitetura, a Comissão diz que, entre os documentos relativos aos I e III Congressos, não foram localizadas manifestações do tema, que só apareceu novamente no IV Congresso, em 1954, quando alguns grupos se dedicaram à sua discussão.

O IV Congresso de Arquitetos discutiu o Ensino da Arquitetura Brasileira em uma de suas comissões e propôs a criação de uma outra disciplina complementar, “Formação Sociológica Brasileira”, além de sugerir que o próximo congresso fosse dedicado à “História da Arquitetura no Brasil”, fatos já explorados anteriormente na nossa fala a respeito de Paulo Santos, Silva Telles e a disciplina de “Arquitetura no Brasil”.

A próxima menção aconteceu no VI Congresso de Arquitetos, realizado em 1966 em Salvador. O tema geral a ser debatido no Congresso foi “A Arquitetura e o Meio-Ambiente”. Formaram-se sete grupos de trabalho, os quais discutiram suas conclusões nas plenárias dentro dos subtemas: (1) Estrutura de Povoamento, (2) Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, (3) O Ambiente Residencial, (4) Produção e Meio-Ambiente, (5) O Homem e a Paisagem, (6) O Exercício da Profissão em Função da Arquitetura e do Meio Ambiente, (7) Revisão e Atualização do Ensino de Arquitetura para Integrar o Arquiteto no Planejamento. Nele objetivou-se analisar e preparar as teses da delegação brasileira que participaria, em Praga, do IX Congresso Mundial da UIA em 1967. Dentre as propostas, estava a intitulada *O Patrimônio Histórico e o Mundo Moderno*, da qual fazia parte Villanova Artigas.

Outro evento relacionado ao tema foi o XIV Congresso Panamericano de Arquitetura, ocorrido entre junho e julho 1972, simultaneamente em São Paulo e Assunção. Segundo Silva Telles, o tema geral do Congresso versava sobre degradação urbana, tendo sido ele convidado pelo arquiteto Eduardo Kneese de Mello para dar uma palestra sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no evento. Em documento encontrado no Arquivo Geral do IPHAN, Silva Telles expõe a síntese de sua conferência e lamenta não ter podido participar dos trabalhos da Comissão 3 do Congresso, ocorrida em Assunção, a qual tratou do tema Defesa, preservação e reabilitação de lugares e monumentos históricos.

No VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, acontecido em Belo Horizonte, em setembro de 1968; e no VIII Congresso, ocorrido em Porto Alegre, em outubro de 1969, não foram encontradas menções a respeito da atuação profissional ou da formação voltada ao patrimônio, embora ambos os eventos tenham tratado da formação do arquiteto. O tema em questão é retomado com bastante ênfase apenas no IX Congresso Brasileiro de Arquitetura, ocorrido entre os dias 25 e 29 de outubro de 1976.

Examinando as publicações acontecidas nesse congresso, observamos na publicação do dia 28 as discussões sobre a formação do arquiteto e sobre as questões relativas ao patrimônio cultural que foram destaques no boletim diário do Congresso, intitulado A PLENÁRIA. Nessa edição foram publicadas duas matérias sobre o tema “Patrimônio”. A primeira, *Como preservar o patrimônio histórico?* (HERTZ, 1976, p. 3), comenta sobre o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo arquiteto do IAB-RJ Alfredo de Sá Earp Hertz, e se encontra publicada na íntegra, na página 35 da *Revista do Congresso*. Na matéria intitulada *Contra a destruição de nosso patrimônio*, o arquiteto trata da exposição promovida pelo IAB-RJ durante o Congresso. A mostra denunciava o abandono em que se encontrava o patrimônio do Rio e trazia uma moção levantada por arquitetos e estudantes de Arquitetura contra a venda do Forte Copacabana.

Ainda na edição diária da Revista do Congresso, encontramos uma segunda matéria, intitulada *A retomada dos valores culturais*, publicada na página 7, que falava sobre a retomada da consciência nacional nas Escolas de Arquitetura, e na qual a comissão de ensino e formação narrava a importância do retorno da conscientização do arquiteto para as realidades regionais, entendendo melhor o modelo econômico do país.

A matéria diz ainda que o congresso tratou da formação do arquiteto alertando que os cursos de graduação de arquitetura não estavam levando em consideração a preservação do patrimônio no seu currículo, formando profissionais desinformados da necessidade e importância da preservação do patrimônio cultural. O alerta também se fez em torno da consequente carência de mão-de-obra, pois os profissionais que detinham os conhecimentos para a ação com relação ao patrimônio eram os especialistas, o que representava um pequeno número de acordo com a necessidade da ação no patrimônio brasileiro.

Após o congresso, algumas de suas conclusões foram publicadas no número 41, ano V, da Revista *Arquiteto*. Nela são publicadas sínteses dos debates finais do Congresso, frutos do seu relatório final, no qual pudemos encontrar a seguinte constatação:

> *Reconhecendo* que a delapidação de nosso patrimônio histórico e ambiental, como aquela prestes a ocorrer na área do Porto de Recife ou do Forte de Copacabana, representa um atentado contra os valores culturais da humanidade, reafirma-se nossa firme disposição de luta em debates do patrimônio nacional, consolidando mediante amplo debate, os conceitos e critérios de seleção e uso dos bens preservados. (RODRIGUES, 1976, p. 19, grifo do autor).

Nas páginas 21 e 22 que sintetizam o trabalho do Grupo 2 são expostas as discussões que serão motivadas pelo trabalho de Alfredo de Sá Earp Hertz, anteriormente citado, ampliando a crítica não apenas à formação dos profissionais acerca das questões relativas ao patrimônio histórico, mas também aos órgãos de fiscalização, conforme contestações apresentadas por Ruy Gama e Luiz Paulo Conde.

Ruy Gama dizia haver uma “contradição criada pelo conceito de patrimônio histórico e pela política dos órgãos de preservação” (RODRIGUES, 1976, p. 21). Ele chama a atenção que os motivos apontados por Hertz (1976, n.p.) também podem ser abordados na ótica inversa, não sendo só a formação na área um problema a ser combatido. Segundo ele, “a exigência de certas políticas e modelos econômicos” eram igualmente responsáveis pelos prejuízos e retrocessos frente “à preservação do patrimônio.”

Corroborando com Ruy Gama, Luiz Paulo Conde denuncia que no Rio de Janeiro “vê-se várias obras serem demolidas sem que o Patrimônio Histórico faça qualquer pronunciamento, e quando isso ocorre, é no sentido de que a obra não tem valor arquitetônico.” (RODRIGUES, 1976, p. 21). Em suas posições, estes profissionais levam a discussão das revisões das posturas do arquiteto com relação ao patrimônio não só nas universidades, mas também na ação profissional dentro dos órgãos de preservação, num período em que a urbanização está em plena expansão e os valores regionais do patrimônio começam a ser ampliados.

Podemos afirmar que nesse Congresso o Grupo de Trabalho estava em consonância com o início da mudança de visão e ampliação do conhecimento da preservação, alinhado às diretrizes do *Compromisso de Brasília*, de Salvador, do PCH e de tantas outras tratativas já apresentadas no trabalho. Na página 22 da revista, observamos uma clara ampliação da visão do patrimônio com relação aos debates expostos no Congresso.

> Dos debates desenvolvidos no plenário do Grupo 2, houve consenso no sentido de que esta participação do profissional reflete uma atividade nova nas realizações do arquiteto, mas que também é importante a avaliação de todo um passado de realizações, que marcam a formação social e a atividade do Homem, sua vinculação com o processo histórico, a validade de seus feitos, a herança ligada aos descendentes e a preservação de todo patrimônio histórico a partir de uma necessidade coletiva e determinada pelas condições culturais. (RODRIGUES, 1976, p. 22).

Essa afirmação abre caminho para análise da recomendação da preservação da arquitetura dos imigrantes, concentrada principalmente na região Sul – a arquitetura alemã e a italiana, que, assim como a portuguesa, ajudaram a contar a história do Brasil.

Sabemos que os estudos regionais que passam a ter suas reflexões ampliadas na década de 1970 vão ter suas consolidações de preservação apenas nas décadas seguintes, 1980, 1990, mas a identificação dessas discussões e seu paralelo temporal no Congresso e nos acontecimentos dentro dos órgãos de patrimônio demonstram que, mesmo com suas discordâncias e concordâncias, o tema “patrimônio” como papel do arquiteto era debatido não num congresso de especialistas, e sim no amplo debate da classe. Os representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil, das Comissões de Ensino e dos técnicos do patrimônio eram, antes de tudo, bacharéis em Arquitetura debatendo o campo ampliado de sua formação, que, como veremos, teria ainda muitos avanços e retrocessos, os quais culminariam nas discussões do hoje, ainda repletas das dicotomias apontadas por Ruy Gama há 44 anos e que continuam a permear as questões relativas à formação do arquiteto, à regulamentação profissional e às políticas públicas, nas quais nos aprofundaremos mais adiante.

Um importante ponto a ser destacado é que, em 1973, foi fundada a ABEA, e talvez por isso as discussões sobre ensino tenham passado a ter um “canal” mais amplo entre as universidades e seus agentes educacionais, o que se reflete no Congresso de 1976, onde as discussões no campo de ensino e formação foram mais enfáticas.

A Comissão do ARQUIMEMÓRIA I também vai apontar os documentos do Compromissos de Brasília de 1972 e o de Salvador de 1973 como eventos que abordaram a questão da formação do arquiteto no campo da preservação. A Comissão também faz menção à abordagem do tema na *Carta de Veneza* de 1964, na *Carta de Machu Picchu* de 1977, na *Carta de Pelotas* de 1978 e na *Carta de Nairóbi* de 1976, todas já mencionadas a aludidas em partes anteriores deste trabalho.

Retomando os Congressos, no relatório final contido no volume 2 dos *Anais do X Congresso Brasileiro de Arquitetos*, que aconteceu em Brasília entre 1º e 5 de novembro de 1979,

encontramos uma recomendação sobre a preservação do patrimônio cultural na parte sobre Proposta da Forma de Atuação do Arquiteto na Sociedade Brasileira. Dentre os pontos destacados, iremos aqui apontar alguns:

> Tendo como base as teses sobre patrimônio cultural e os debates ocorridos nos grupos de trabalho e na Comissão de Estudo do Sub-tema I- Condicionantes Público Institucionais do Espaço Habitado, onde se constatou:
>
> […]
> 3- que aos arquitetos cabe contribuir nesse processo tanto como cidadãos quanto especificamente a partir de seus órgãos de classe e de suas ferramentas específicas de análise do espaço ocupado, de reconstrução da memória popular e assumindo, quando tal memória apresentar-se obliterada pela repressão violenta ou ideológica, um papel de co-gerador destes debates e um outro, o papel de instrumento das decisões coletivas da sociedade consciente de sua história. […]
> Diante dessas constatações e considerando:
> […]
> 3- que os cursos de graduação de arquitetura, não levando em consideração a preservação do patrimônio no seu currículo, formam profissionais desinformados na necessidade e importância da preservação do patrimônio cultural;
> 4 – a consequente carência de mão-de-obra, desde quando a maioria dos poucos profissionais que atuam na área se forma através de cursos de especialização. […]
> Recomendamos:
> […]
> 2- a realização de um encontro, a nível nacional, promovido pelo IAB, aberto às diversas profissões ligadas à área do Patrimônio Cultural e à comunidade em geral como o objetivo de:
> - discutir a política fiscal de preservação do patrimônio cultural;
> - discutir os problemas do mercado de trabalho;
> - trocar experiências entre diversas áreas afins, fazendo uma análise e balanço da situação atual;
> - propor uma linha de ação para a política de preservação do patrimônio cultural.
>
> 3- na oportunidade de implantação de um novo currículo de arquitetura, já em estudo, incluir na formação do arquiteto a preservação do patrimônio cultural. (IAB, 1979, p. 37-38).

Observamos que nesse congresso foram apontadas as questões que serão de fato aprofundadas no ARQUIMEMÓRIA I em 1981, compilando a crescente demanda pelas discussões sobre a consciência da arquitetura brasileira e sua preservação pelos arquitetos, iniciada no IV Congresso de Arquitetura em 1954.

Não apenas pelas diretrizes apontadas pelos Congressos nacionais, os preparativos para o ARQUIMEMÓRIA I espelharam as proporções que o evento teve, reunindo a classe de arquitetos, o IAB, o órgão federal do patrimônio e as universidades. Tal fato pode ser explicado pois, na década de 1980, consolidou-se uma concepção mais completa do patrimônio, próxima à visão de Mário de Andrade, um ponto de vista mais antropológico do patrimônio cultural.

Esse novo pensamento iria influenciar diretamente a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 216, determina que: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, […]” (BRASIL, 1988).

Na década de 1980 alguns eventos simultâneos envolveram os mesmos técnicos, professores e colaboradores, que acabaram de alguma forma contribuindo para a construção das narrativas que acontecerão no ARQUIMEMÓRIA I, sendo esses: o painel de formação promovido pela SPHAN-Pró-Memória, os preparativos para ARQUIMEMÓRIA I, o Grupo de Trabalho de Brasília para os estudos de patrimonialização da capital e os Grupos de Trabalho do SESU junto ao MEC, que naquele momento discutiam as propostas de mudanças nas diretrizes curriculares, onde aqui destacaremos os dois primeiros.

PAINEL DE FORMAÇÃO PROMOVIDO PELO SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA

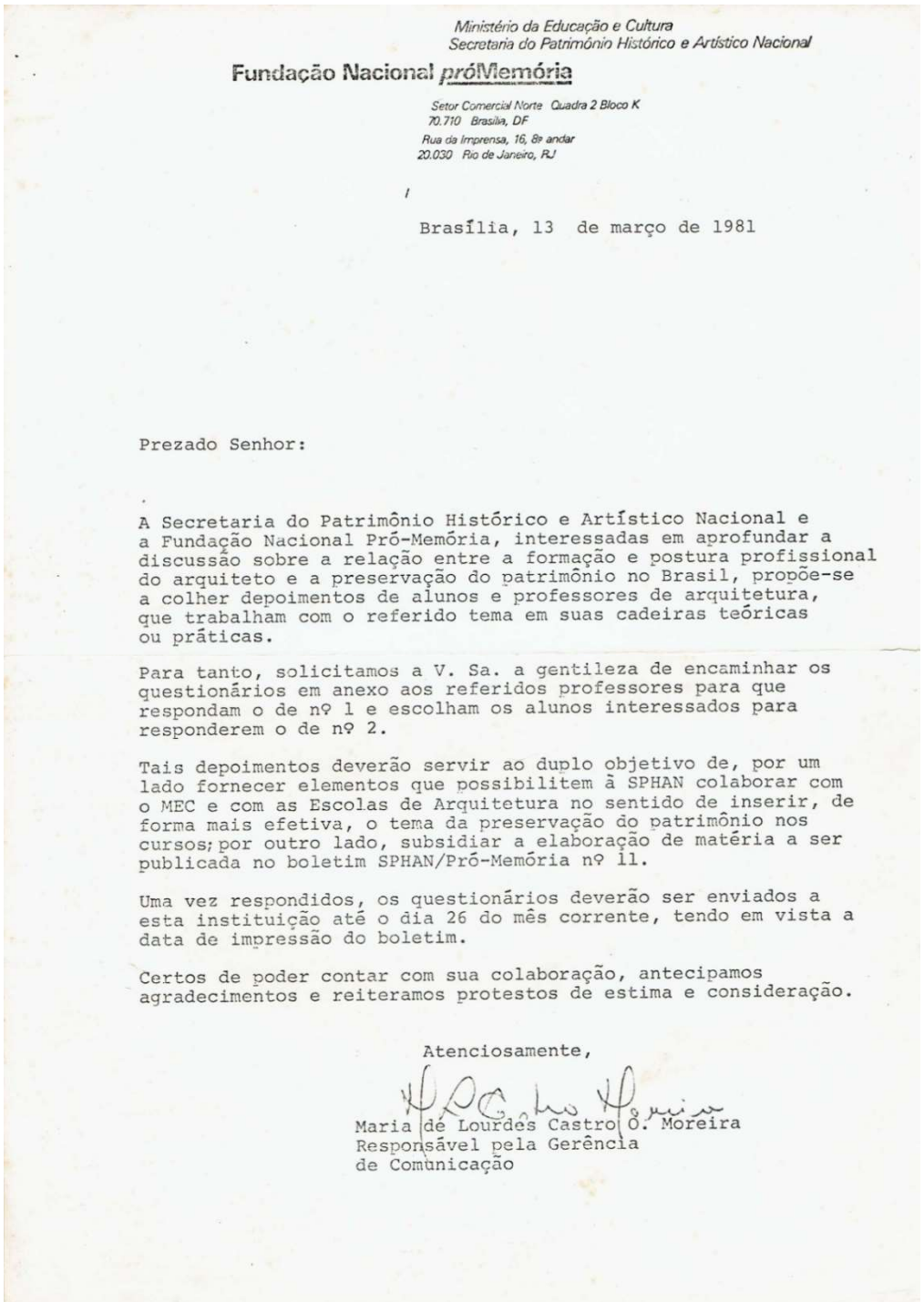
Em 1981, o atual IPHAN promoveu um painel sobre a formação e a postura profissional do arquiteto no Brasil frente à questão da preservação do patrimônio arquitetônico nacional. Segundo os relatos da publicação *A construção do novo e o problema do patrimônio* (SPHAN-pró-Memória, 1981, n.º 11), a ideia surgiu em função das sucessivas visitas dos estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo da capital federal em busca de maiores orientações para elaboração de seus trabalhos finais de curso. Segundo relatos dos alunos, em suas IES não encontravam bibliografia nem orientações acadêmicas para trabalhos cujos temas eram afins à preservação de sítios históricos.

O texto narra que nesse período os técnicos do IPHAN já se preocupavam em organizar seminários para alunos e professores objetivando discutir o patrimônio arquitetônico e temas afins. Este evento culminou em mesas redondas distintas de professores e de alunos. Uma compilação de dados foi realizada a respeito do assunto, cujos desdobramentos foram, em parte, resultado de questionários enviados para as Escolas de Arquitetura (figuras 1 e 2), numa ação conjunta com o MEC, a SES (Secretaria de Ensino Superior) e o IAB. Estiveram representadas no evento as seguintes IES: UNB, UFBA e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

O depoimento dos alunos relatava que, de forma geral, o interesse deles pela preservação foi construído antes da Escola de Arquitetura e narravam que sua consciência cultural provinha da educação básica, real motivador do interesse no aprofundamento do tema. Os alunos diziam que encontravam apoio em alguns professores com conhecimentos sobre o tema, mas que, de fato, o conteúdo pertinente à preservação do patrimônio cultural, ministrado nas disciplinas dos cursos, era escasso e inconsistente. Segundo os alunos, durante o curso eles eram “levados a pensar exclusivamente no novo”. (CULTURA, 1981, p. 3).

Desse evento podemos extrair valiosas questões que aqui apontaremos e que voltaremos a abordar no avançar do trabalho:

- Os alunos não concordavam com a visão historicista dada pelas escolas para o patrimônio e sugeriram a integração do tema aos conteúdos vinculados ao estudo da forma, planejamento urbano e projeto de arquitetura.
- Foi solicitada a criação de vagas de estágio na área de patrimônio nos órgãos públicos.
- Foi solicitada a criação de uma disciplina optativa sobre técnicas de restauração para os alunos que quisessem se aprofundar no tema.
- Foram sugeridos encontros anuais entre as IES (alunos e professores) e o IPHAN para discussão sobre o tema.



Ministério da Educação e Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fundação Nacional *pró*Memória

Setor Comercial Norte Quadra 2 Bloco K
70.710 Brasília, DF
Rua da Imprensa, 16, 8º andar
20.030 Rio de Janeiro, RJ

Brasília, 13 de março de 1981

Prezado Senhor:

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória, interessadas em aprofundar a discussão sobre a relação entre a formação e postura profissional do arquiteto e a preservação do patrimônio no Brasil, propõe-se a colher depoimentos de alunos e professores de arquitetura, que trabalham com o referido tema em suas cadeiras teóricas ou práticas.

Para tanto, solicitamos a V. Sa. a gentileza de encaminhar os questionários em anexo aos referidos professores para que respondam o de nº 1 e escolham os alunos interessados para responderem o de nº 2.

Tais depoimentos deverão servir ao duplo objetivo de, por um lado fornecer elementos que possibilitem à SPHAN colaborar com o MEC e com as Escolas de Arquitetura no sentido de inserir, de forma mais efetiva, o tema da preservação do patrimônio nos cursos; por outro lado, subsidiar a elaboração de matéria a ser publicada no boletim SPHAN/Pró-Memória nº 11.

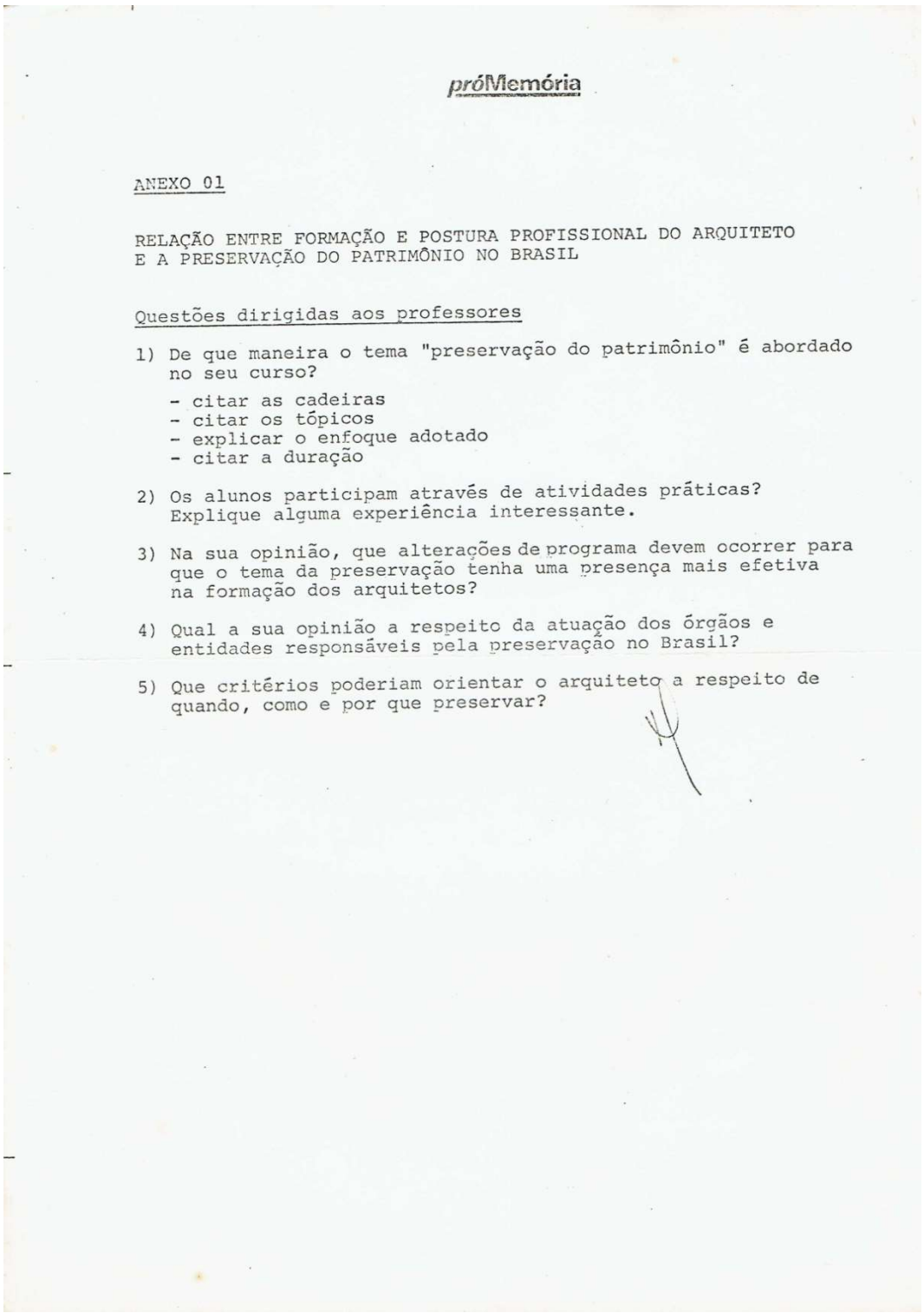
Uma vez respondidos, os questionários deverão ser enviados a esta instituição até o dia 26 do mês corrente, tendo em vista a data de impressão do boletim.

Certos de poder contar com sua colaboração, antecipamos agradecimentos e reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Maria de Lourdes Castro O. Moreira
Responsável pela Gerência
de Comunicação

Figura 1: Primeira parte da carta enviada pela Fundação Pró-Memória aos Cursos de Graduação de Arquitetura no Brasil
Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna



próMemória

ANEXO 01

RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E POSTURA PROFISSIONAL DO ARQUITETO
E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Questões dirigidas aos professores

1) De que maneira o tema "preservação do patrimônio" é abordado no seu curso?
   - citar as cadeiras
   - citar os tópicos
   - explicar o enfoque adotado
   - citar a duração

2) Os alunos participam através de atividades práticas? Explique alguma experiência interessante.

3) Na sua opinião, que alterações de programa devem ocorrer para que o tema da preservação tenha uma presença mais efetiva na formação dos arquitetos?

4) Qual a sua opinião a respeito da atuação dos órgãos e entidades responsáveis pela preservação no Brasil?

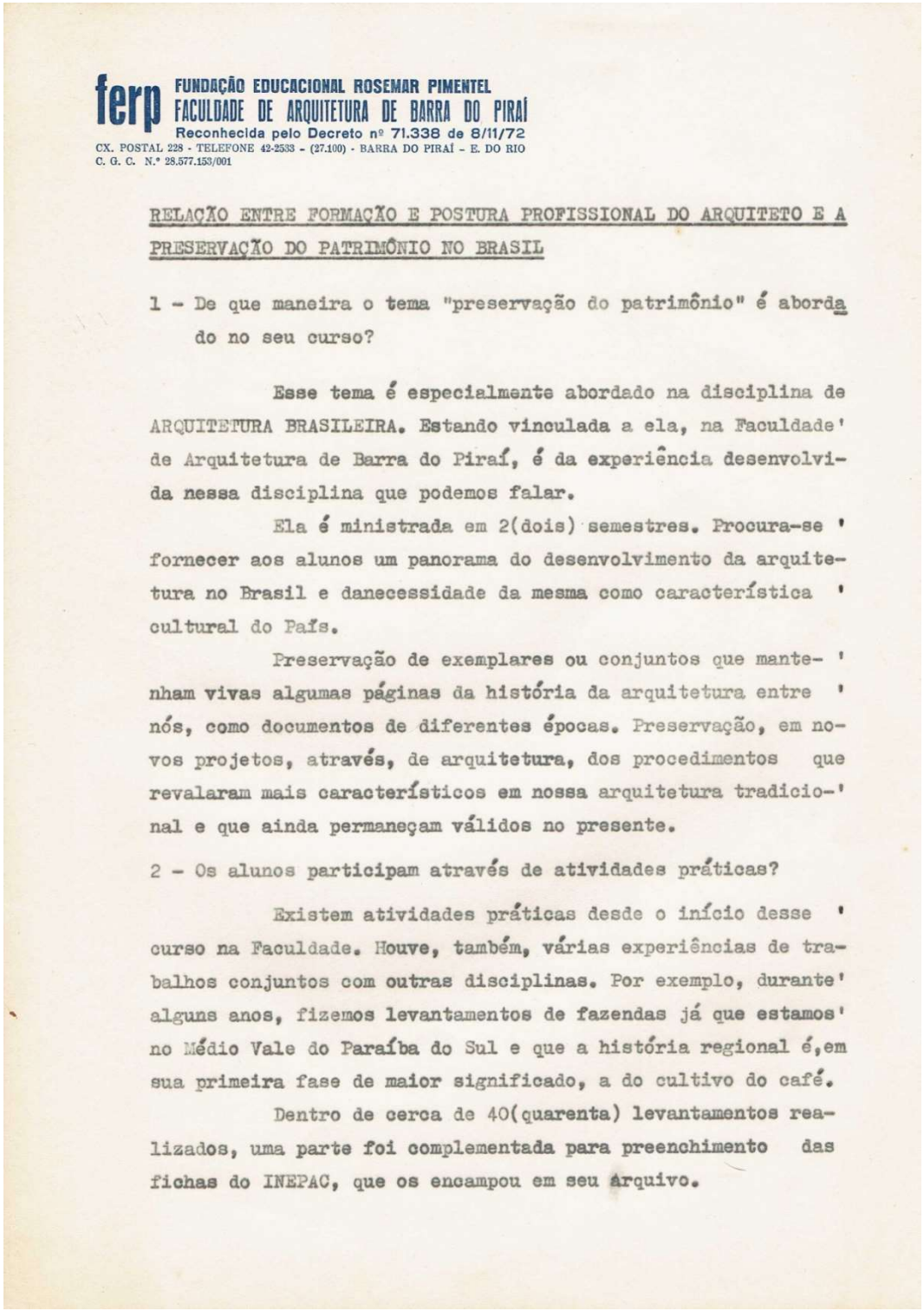
5) Que critérios poderiam orientar o arquiteto a respeito de quando, como e por que preservar?

Figura 2: Segunda parte da carta enviada pela Fundação Pró-Memória aos Cursos de Graduação de Arquitetura no Brasil
Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

Com relação às respostas das cartas dadas pelas universidades ao IPHAN, tivemos apenas acesso à resposta de Dora Alcântara pela Universidade Geraldo di Biasi, antiga Faculdade de Barra do Piraí. No entanto a correspondência encontrada (figs. 3, 4, 5 e 6) só responde ao solicitado no anexo I, do questionário enviado ao corpo docente. No que diz respeito ao anexo II, enviado na correspondência do IPHAN, que seria relativo a perguntas ao corpo discente das faculdades, não encontramos o documento original; mas, na documentação pessoal de Dora, encontramos o que deve se tratar da resposta dada por Selso Dal Bello (fig. 7), professor da FERP, que, naquele momento, ocupava o cargo de chefe do Departamento de História e Teoria da instituição, possivelmente ao IPHAN.

Ele diz que a correspondência enviada em abril só havia chegado em suas mãos em maio e que, como já se avançava o mês de junho, ele encaminhava apenas o documento relativo ao corpo docente (resposta de Dora), pois os alunos que poderiam ter respondido ao questionário já estavam no último ano do curso e se desencontravam dos professores para que pudessem dar seus depoimentos às questões. Não sabemos ao certo se esses depoimentos chegaram a ser dados, porque nos registros de Dora não encontramos menção a eles.

Embora essas cartas sejam também citadas no trabalho desenvolvido pelos técnicos do IPHAN para os preparativos das discussões que aconteceram no ARQUIMEMÓRIA I, não encontramos nenhum indício das demais respostas nem no arquivo Geral do IPHAN no Rio nem em Brasília.



ferp FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL
FACULDADE DE ARQUITETURA DE BARRA DO PIRAÍ
Reconhecida pelo Decreto nº 71.338 de 8/11/72
CX. POSTAL 228 - TELEFONE 42-2533 - (27.100) - BARRA DO PIRAÍ - E. DO RIO
C. G. C. N.º 28.577.153/001

RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E POSTURA PROFISSIONAL DO ARQUITETO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

1 - De que maneira o tema "preservação do patrimônio" é abordado no seu curso?

Esse tema é especialmente abordado na disciplina de ARQUITETURA BRASILEIRA. Estando vinculada a ela, na Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí, é da experiência desenvolvida nessa disciplina que podemos falar.

Ela é ministrada em 2(dois) semestres. Procura-se fornecer aos alunos um panorama do desenvolvimento da arquitetura no Brasil e danecessidade da mesma como característica cultural do País.

Preservação de exemplares ou conjuntos que mantenham vivas algumas páginas da história da arquitetura entre nós, como documentos de diferentes épocas. Preservação, em novos projetos, através, de arquitetura, dos procedimentos que revalaram mais característicos em nossa arquitetura tradicional e que ainda permaneçam válidos no presente.

2 - Os alunos participam através de atividades práticas?

Existem atividades práticas desde o início desse curso na Faculdade. Houve, também, várias experiências de trabalhos conjuntos com outras disciplinas. Por exemplo, durante alguns anos, fizemos levantamentos de fazendas já que estamos no Médio Vale do Paraíba do Sul e que a história regional é,em sua primeira fase de maior significado, a do cultivo do café.

Dentro de cerca de 40(quarenta) levantamentos realizados, uma parte foi complementada para preenchimento das fichas do INEPAC, que os encampou em seu arquivo.

Figura 3: Resposta de Dora Alcântara para a Fundação Pró-Memória, (p. 1/4) Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ferp FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL
FACULDADE DE ARQUITETURA DE BARRA DO PIRAÍ
Reconhecida pelo Decreto nº 71.338 de 8/11/72
CX. POSTAL 228 - TELEFONE 42-2533 - (27.100) - BARRA DO PIRAÍ - E. DO RIO
C. G. C. N.º 28.577.153/001

Esses levantamentos, durante 2(dois) anos, foram aproveitados pela disciplina de Planejamento de Arquitetura II, para estudar e projetar a possível adaptação das antigas sedes de fazendas cafeeiras para novos programas como os de hoteis, etc.

Outros trabalhos foram ligados à disciplina de Planejamento Urbano, ou de Teoria da Arquitetura, a busca de identificação nas Cidades de Mendes e Barra do Piraí, respectivamente, dos valores culturais, do ponto de vista arquitetônico (que não compreendemos desvinculado de um sentido mais amplo), dessas cidades. Ambos com a elaboração de propostas de novas utilizações para as casas ou conjuntos desativados ou decadentes.

Outra experiência, mais uma vez desenvolvida com a disciplina de Teoria da Arquitetura, foi o levantamento da Cidade de Conservatória, no Município de Valança, RJ, cujo material foi analizado dos pontos de vistaespecíficos das referidas disciplinas. Concluído o trabalho, foi feita uma exposição na cidade de Conservatória, com a participação de trabalho de artesões locais, inclusive do grupo de Seresta, certamente o elemento mais típico da comunidade local. Filmes sobre sobre cidades históricas e folhetos explicativos do sentido da exposição, o de enfatizar o valor da cidade. Este trabalho, cedido à equipe da D.E.P.T. da SPHAN/FNPM, no Rio de Janeiro, tem dadomargem a uma complementação do mesmo, assim como da análise tipológica das plantas e fachadas do casario local.

Mais um trabalho semelhante foi feito na cidade de Dorândia Município de Barra do Piraí.

Figura 4: Resposta de Dora Alcântara para a Fundação Pró-Memória, (p. 2/4) Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

ferp FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL
FACULDADE DE ARQUITETURA DE BARRA DO PIRAÍ
Reconhecida pelo Decreto nº 71.338 de 8/11/72
CX. POSTAL 228 - TELEFONE 42-2533 - (27.100) - BARRA DO PIRAÍ - E. DO RIO
C. G. C. N.º 28.577.153/001

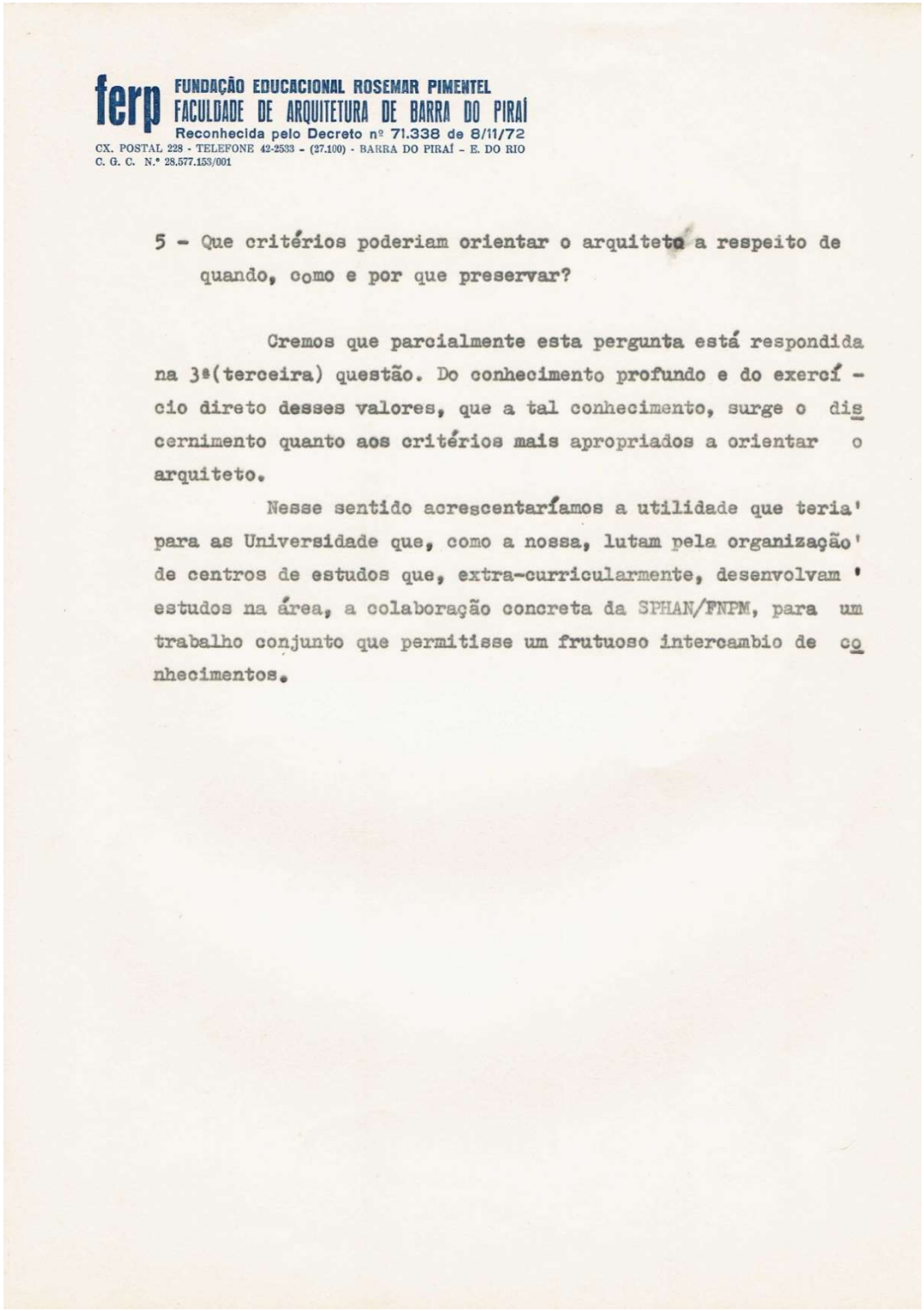
3 - Na sua opinião, que alterações de programa devem ocorrer para que o tema da preservação tenha uma presença mais efetiva na formação dos arquitetos?

Toda alteração, a nosso ver, deverá ser no sentido de ampliar o conhecimento da cultura brasileira, especialmente no que é específico da formação do arquiteto, isto é, a história da nossa arquitetura, de nossas manifestações artísticas. Existem, por exemplo, 2(duas) disciplinas de História da Arte e da Arquitetura na Europa(quatro semestres) e apenas 1(um) de Arquitetura Brasileira. Pensamos que o conhecimento da arquitetura européia seja básico para a compreensão da nossa, e com esse enfoque deva ser dado. Isto é, apontando aqueles elementos que nos interessam e apenas este, para que disponhamos de mais tempo para o enfoque de nossos problemas culturais. O conhecimento destes é, do nosso ponto de vista, o embasamento FUNDAMENTAL para responder aos problemas de preservação.

4 - Qual a sua opinião a respeito da atuação dos orgãos e entidades responsáveis pela preservação no Brasil?

Gostaríamos que essa atuação fosse mais ampla, tanto no sentido da preservação de um maior número de monumentos, quanto na divulgação de suas experiências. Quando nos aproximamos, há alguns anos do então IPHAN, e soubemos das dificuldades com que atuava, entendemos que, mais, só por milagre... Afinal, a preservação é reflexo de um estágio cultural e não podemos, apesar de sermos otimistas, superestimar o nosso.

Figura 5: Resposta de Dora Alcântara para a Fundação Pró-Memória, (p. 3/4) Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna



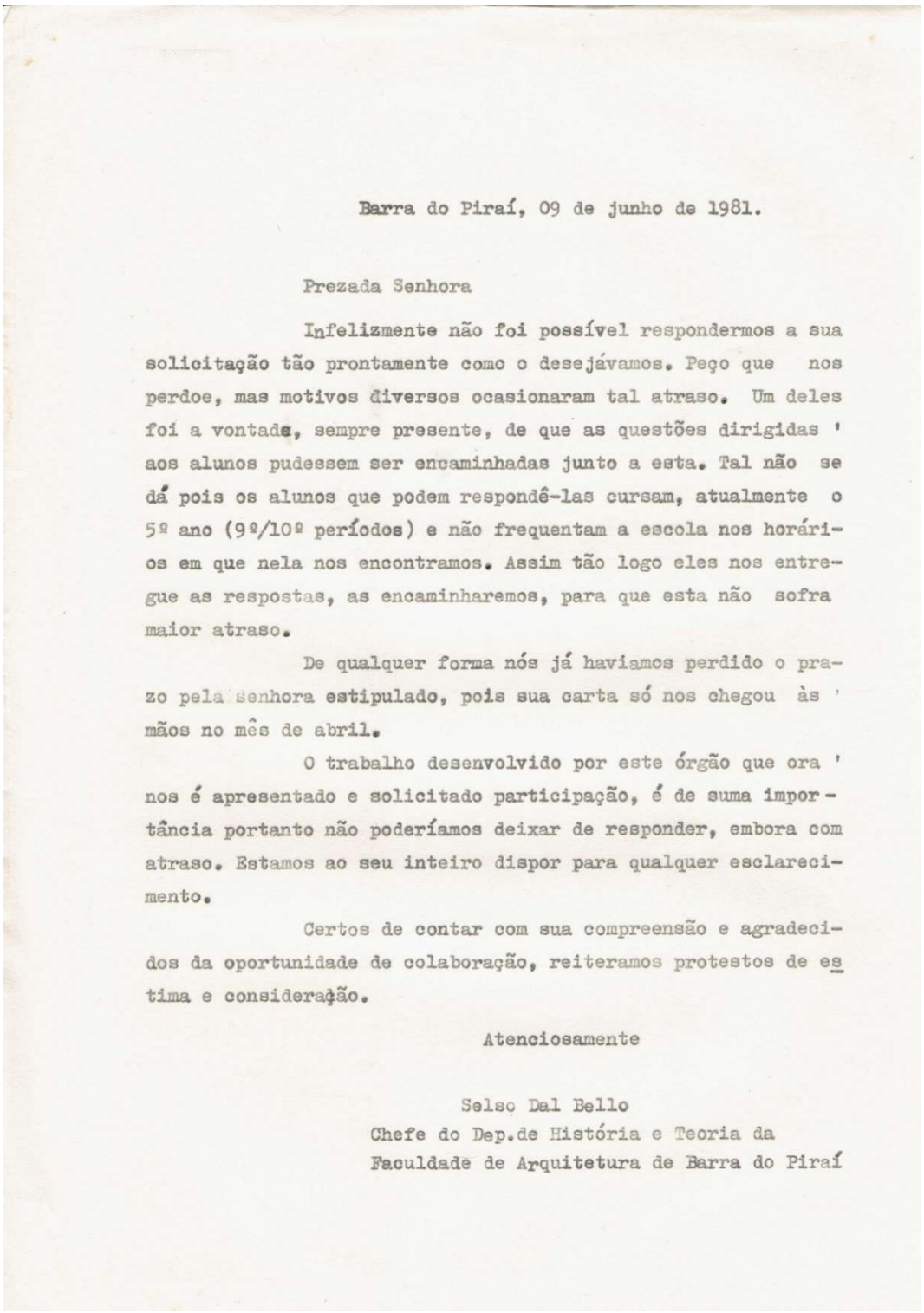
ferp FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL
FACULDADE DE ARQUITETURA DE BARRA DO PIRAÍ
Reconhecida pelo Decreto nº 71.338 de 8/11/72
CX. POSTAL 228 - TELEFONE 42-2533 - (27.100) - BARRA DO PIRAÍ - E. DO RIO
C. G. C. N.º 28.577.153/001

5 - Que critérios poderiam orientar o arquiteto a respeito de quando, como e por que preservar?

Cremos que parcialmente esta pergunta está respondida na 3ª(terceira) questão. Do conhecimento profundo e do exercício direto desses valores, que a tal conhecimento, surge o discernimento quanto aos critérios mais apropriados a orientar o arquiteto.

Nesse sentido acrescentaríamos a utilidade que teria para as Universidade que, como a nossa, lutam pela organização de centros de estudos que, extra-curricularmente, desenvolvam estudos na área, a colaboração concreta da SPHAN/FNPM, para um trabalho conjunto que permitisse um frutuoso intercambio de conhecimentos.

Figura 6: Resposta de Dora Alcântara para a Fundação Pró-Memória, (p. 4/4) Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna



Barra do Piraí, 09 de junho de 1981.

Prezada Senhora

Infelizmente não foi possível respondermos a sua solicitação tão prontamente como o desejávamos. Peço que nos perdoe, mas motivos diversos ocasionaram tal atraso. Um deles foi a vontade, sempre presente, de que as questões dirigidas aos alunos pudessem ser encaminhadas junto a esta. Tal não se dá pois os alunos que podem respondê-las cursam, atualmente o 5º ano (9º/10º períodos) e não frequentam a escola nos horários em que nela nos encontramos. Assim tão logo eles nos entregue as respostas, as encaminharemos, para que esta não sofra maior atraso.

De qualquer forma nós já haviamos perdido o prazo pela senhora estipulado, pois sua carta só nos chegou às mãos no mês de abril.

O trabalho desenvolvido por este órgão que ora nos é apresentado e solicitado participação, é de suma importância portanto não poderíamos deixar de responder, embora com atraso. Estamos ao seu inteiro dispor para qualquer esclarecimento.

Certos de contar com sua compreensão e agradecidos da oportunidade de colaboração, reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Selso Dal Bello
Chefe do Dep.de História e Teoria da
Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí

Figura 7: Resposta de Selso Dal Bello para a Fundação Pró-Memória. Acervo pessoal Dora Alcântara, deixado para a professora Isabel Rocha, sua ex-aluna

OS PREPARATIVOS PARA O ARQUIMEMÓRIA I

No arquivo geral do IPHAN, encontramos o documento intitulado *Informe ao 1º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais: A Formação do Arquiteto e a Preservação do Patrimônio Cultural*, redigido pelos técnicos do SPHAN – Pró-Memória: Sylvia Maria Braga Alves de Souza, Briane Elizabeth Panitz Bicca, Maria das Dores Freire e Marcos de Lamônica.

O informe trata da preocupação frente à "rápida dilapidação e desfiguração do patrimônio construído brasileiro […] e propõe 'uma estruturação de um programa de aprimoramento da formação dos profissionais que vão lidar com nosso patrimônio, destacando a categoria de arquitetos'". (BICCA, 1981, p. 1).

O documento diz ainda que "[…] a preocupação do SPHAN volta-se para a formação de recursos humanos a nível de graduação. De que forma e como instrumentar alunos e professores na defesa do nosso patrimônio cultural?" (BICCA, 1981, p. 1) afirmando que, durante a fase heroica do IPHAN, os anseios do ensino de patrimônio no campo da formação eram supridos:

> […] graças à presença de muitos dos técnicos do IPHAN no corpo docente das escolas de arquitetura, ou mesmo ao estreito relacionamento entre estudantes e jovens arquitetos e funcionários do órgão, que mesmo não sendo professores, contribuíam de forma efetiva para inserir a problemática da preservação na formação e postura profissional da categoria. E se isso foi possível, deve-se ao pequeno número de escolas de arquitetura e ao grau de desenvolvimento do setor de construção civil no país (BICCA, 1981, p. 2).

Esse grupo formado pelos técnicos do IPHAN, supracitados no início deste item, foi o responsável pela redação da carta enviada às Escolas de Arquitetura para levantar dados de como andava o ensino de patrimônio dentro das Escolas de Arquitetura, conforme pudemos constatar graças ao acervo de Dora Alcântara, uma vez que o documento encontrado no Arquivo Geral do IPHAN estava incompleto, sem os anexos.

O texto também narra todas as ações desenvolvidas pelo IPHAN na década de 1970, quando o órgão começou a apoiar formal e financeiramente a formação de recursos humanos para a preservação do patrimônio brasileiro, porém no âmbito da pós-graduação.

Os técnicos afirmam então a necessidade da revisão do ensino na graduação e expõem sua preocupação, prevendo suas consequências em curto prazo. Afirmam que: "No momento presente, em que essa atividade de formação de especialistas já pode ser considerada como de rotina dentro da Instituição, a SPHAN volta-se para o atendimento do campo da formação universitária dos arquitetos." (BICCA, 1981, p. 5)

Eles evidenciaram que naquele momento existiam 42 cursos de arquitetura no Brasil e que as graduações não tinham em seus quadros professores com conhecimento no campo da preservação; além disso, expuseram a preocupação com o crescente número de Escolas e o modelo econômico do desenvolvimento, apontaram-nos como os verdadeiros responsáveis pela alteração das nossas antigas cidades e os culpados pelo distanciamento entre o IPHAN e os arquitetos.

> Os profissionais formados por esta ótica não dispõem de elementos conceituais nem experimentais sobre a questão do patrimônio construído, seja ele histórico ou

> ambiental, para atuar na sua preservação. As escolas, na sua maioria, pouco oferecem em termos de informações nesta matéria e quando isso ocorre é por iniciativa individual de alguns professores e esta se dá de forma isolada em algumas disciplinas, não havendo um aprofundamento da questão, essencial para que os futuros arquitetos possam desenvolver trabalhos na área de preservação. (BICCA, 1981, p. 6)

Um ponto importante apresentado no documento e que ajuda a pautar e a justificar a pertinência das discussões levantadas pelo nosso trabalho é justamente a abordagem acerca da formação integral do arquiteto consciente de seu papel profissional com relação ao patrimônio cultural de forma mais abrangente.

> Não se trata, entretanto, de *formar especialistas de conservação, mas de dotar os arquitetos de conhecimentos suficientes que lhes permitam equilibrar suas propostas de novas intervenções com a realidade pré-existente*, com todo o seu peso cultural e efetivo.
>
> Procurando ater-se à premissa de não pretender transformar cada estudante de arquitetura em especialista da preservação, mas de disseminar a ideia entre a massa estudantil, de forma a, gradativamente, ir fomentando entre os profissionais uma posição bem estribada em conhecimentos, é que a SPHAN pretende desenvolver um trabalho com o objetivo de melhor inserir a problemática da preservação na formação universitária dos arquitetos, tanto quanto colocá-la na ordem das preocupações dos profissionais já graduados. (BICCA, 1981, p. 8, grifo nosso)

Na década de 1980, o IPHAN pede colaboração do SESU (Secretaria de Educação Superior – MEC) das Universidades, de seu corpo docente e das entidades representativas da categoria para a consolidação das discussões acerca do arquiteto graduado apto a lidar com as questões das cidades e de seu patrimônio cultural.

A efervescência do tema vinculado à formação e ao campo profissional do arquiteto irá então culminar no *1º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação*, a primeira edição do ARQUIMEMÓRIA, promovida pelo IAB São Paulo, que aconteceu entre 23 e 26 julho de 1981.

I ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITETOS SOBRE PRESERVAÇÃO – ARQUIMEMÓRIA I

Antes de tratarmos do congresso, é importante salientarmos que a importância de sua abordagem destacada em nosso trabalho se dá por entendermos que, no âmbito da discussão sobre a formação e o campo profissional do arquiteto, este foi o primeiro grande evento que reuniu os profissionais de Arquitetura de uma forma mais abrangente em torno do tema. Não se tratava de um encontro de especialistas apenas em patrimônio, e sim de um encontro de arquitetos que, naquele momento, se dedicariam a discutir sobre preservação dentro das mais diversas abordagens do amplo campo da Arquitetura.

O congresso aconteceu no edifício da FAU-USP, na Cidade Universitária, em julho de 1981, conforme já mencionado. Segundo exposto no *Jornal do IAB-SP* ano 1, no 7 de junho de 1981, o objetivo básico do evento era o de reunir elementos para a elaboração de diretrizes políticas para a atuação dos arquitetos na área de Preservação de Bens Culturais.

Em carta enviada pelo IAB ao IPHAN, encontrada no arquivo geral do IPHAN, o era apresentada a definição do que entendiam por “preservação”, o que nos ajuda a compreender o pensamento vigente naquele momento: “Entende-se por preservação ações de qualquer natureza que se refiram a levantamentos físicos, inventários, levantamento documental (gráfico ou textual) de projetos e obras de restauro, conservação e revitalização de bens culturais.” (LOURENÇO, 1981, n.p.)

A estruturação do encontro se deu através de debates de trabalhos produzidos, individual ou coletivamente, sob a forma de projetos, teses, informes ou comunicações referentes a bens culturais móveis e imóveis. Os trabalhos foram agrupados, segundo a natureza do tema específico, e foram divididos nas seguintes comissões: Comissão I – Política, Legislação e Ensino; Comissão II – Preservação de Bens Móveis; Comissão III – Preservação de Bens Imóveis; e Comissão IV – Preservação de Sítios e Cidades Históricas, Planejamento Urbano e Regional, Defesa da Paisagem.

Especificamente sobre o item *ensino*, o IAB define na correspondência supracitada a seguinte definição de proposta para a comissão: “Inserção da temática nos cursos de graduação; cursos de pós-graduação e de extensão; centros de pesquisas e museus.” (LOURENÇO, 1981, n.p.). À frente da Comissão estavam: Alfredo Brito – UFRJ (presidente), Jorge Derenji – PA (Vice-Presidente), Sonia Coutinho – PE (relatora), Aloisio Magalhães – RJ, Vilanova Artigas – SP, Edgard Greiff – DF (convidados).

A repercussão dada ao IAB para esse Encontro Nacional de Arquitetos foi muito grande. O *Jornal do IAB-SP* ano 1, datado de 8 de julho de 1981, tem a página 3 inteiramente destinada a expor as expectativas acerca do evento. Alguns professores e técnicos do patrimônio, com grande importância nas discussões acerca do ensino da preservação, como Dias de Andrade, falaram um pouco sobre suas expectativas quanto ao evento.

> […] é sempre desejável e oportuno que questões de importância como a preservação do patrimônio cultural sejam discutidas e analisadas pelos arquitetos. Os problemas afetos às tarefas da preservação do acervo cultural prosseguiram. Foram, até recentemente, objeto de preocupação e interesse de pequeno número de profissionais arquitetos, ditos especialistas. No momento, tal preocupação acha-se disseminada em significativas parcelas da população, como nos atestam o grande número de entidades e associações agindo e movimentando-se na defesa e valorização de seu patrimônio (ANDRADE, 1981, p. 3).

Muitos trabalhos apresentados nesse congresso tocaram em pontos que, ainda hoje, 40 anos depois, continuamos tentando ajustar.

Eduardo Furtado de Simas, arquiteto da 4ª DR-SPHAN-Pró-Memória, SEC/MEC apresentou o trabalho *Importância da atuação conjunta na preservação dos bens culturais do Brasil*, no qual afirmou que:

> […] o Arquiteto tem importância fundamental nesta preservação, seja ele Funcionário Público (esferas federal, estadual e municipal), profissional ligado a Empresas de Planejamento, Construção, profissional que possua escritório e atue particularmente, além daqueles que exercem a significativa tarefa do ensino universitário, nas diversas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo do país.
>
> É, portanto, nossa opinião em caráter pessoal que todo arquiteto deve ter plena consciência do valor e relevância do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, em

> especial no Estado da Federação em que ele trabalha, devendo, porém, ter amplo conhecimento genérico dos bens culturais de todo país (SIMAS, 1981, p. 1).

Ainda nesse trabalho, Simas aborda a falta de conscientização da população em geral sobre o conhecimento cultural e o entendimento da importância e necessidade da preservação da nossa história. Fala também da falta de formação especializada no Brasil, desde o servente, carpinteiro, ao arquiteto, que devem ser qualificados para intervir no nosso patrimônio.

Júlio Nicolau Barros de Curtis, do IAB-RS, também apresentou no encontro o trabalho intitulado: *Preservação de bens culturais imóveis*, no qual fez uma crítica e apontou soluções para a importância da conscientização do tombamento e da preservação, defendendo que os maiores riscos não estavam nos pequenos proprietários de imóveis tombados, que recebiam incentivos em forma de isenção de tributos para manter seus imóveis, e sim na especulação imobiliária, que estava apenas interessada no valor do uso do solo e encarava o tombamento como um entrave a seus interesses.

É importante frisar que esses artigos foram encontrados do Arquivo Geral do IPHAN, no Rio de Janeiro, como correspondência enviada pelos autores ao diretor da Regional, pois não encontramos nenhuma menção nos *Anais do Encontro* com a íntegra dos trabalhos, ficando nossa pesquisa baseada nos documentos encontrados no arquivo e nas publicações nos jornais e boletins do IAB.

Durante o Encontro, o CONDEPHAT tombou o prédio da FAU-USP, projetado por Vilanova Artigas e construído em 1968, e prestou homenagem ao arquiteto. Também foram homenageadas com uma exposição no saguão de entrada do prédio da FAU as personalidades pioneiras na preservação de bens culturais no Brasil. Foram homenageados: Mário de Andrade, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Renato Soeiro, Ayrton Carvalho, Luís Saia, Silvio Vasconcelos, Paulo Thedim Barreto, José de Souza Reis, Alcides da Rocha Miranda e Judith Martins – todos já citados pela sua importância no nosso trabalho.

A edição número 11, de julho, no *Jornal do IAB-SP* dedicou um espaço para a publicação das conclusões apresentadas pelas Comissões do ARQUIMEMÓRIA e as resoluções finais e propostas gerais a que se chegaram. Com relação às conclusões dos grupos de trabalho, nos cabe aqui destacar as da Comissão 1, mais especificamente voltadas para o ensino. O documento produzido afirma que:

> No tocante à educação e formação profissional, tem-se verificado pouca ênfase nos programas curriculares, do ensino a pesquisa dos problemas pertinentes à preservação e ao conhecimento do acervo cultural, o que tem dificultado muitas vezes a missão dos arquitetos na defesa do bem cultural. (IAB, 1981, p. 6)

Dentre as atribuições e ações que deveriam ser adotadas pelo IAB Nacional e seus núcleos, destacamos os pontos:

> 6 – que o IAB nacional indique um representante para, junto ao SPHAN-Pró-Memória, participar da elaboração de programa, que ora se inicia naquele órgão com a colaboração da Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESU-MEC), visando fornecer oportunidades de aprimoramento na formação profissional a nível de graduação;

> 13 – que os cursos de Arquitetura e Urbanismo promovam a pesquisa e a documentação da arquitetura espontânea e popular;
>
> 14 – que o problema da preservação de bens culturais seja tratado como fundamento filosófico do Curso de Arquitetura e Urbanismo objetivando antes de uma formação mais específica, todo um processo de educação que induza à consideração de preservação como respeito ao meio, e a ambiência seja o universo de trabalho regulador da intervenção;
>
> 15 – que seja incentivada a participação de estudantes de arquitetura e urbanismo, selecionados por concurso, nos trabalhos de preservação de sítios históricos. (IAB, 1981, p. 6)

As questões relativas à formação se mostram tão destacadas no Encontro que dentre os quatro pontos apontados nas Resoluções Finais, duas fazem menção aos fatos:

> 1- que se fomente nos cursos de graduações em arquitetura a consciência crítica dos futuros arquitetos perante a preservação do meio ecológico e cultural e que se criem cursos regulares de pós-graduação em restauração, abertos também a profissionais não vinculados ao sistema oficial da preservação;
>
> […]
>
> 3- que o IAB promova a discussão interdisciplinar sobre a possibilidade da inclusão temática da preservação de bens culturais nos *currículos* das escolas do 1º e 2º graus (IAB, 1981, p. 6).

Outro fato relevante é que na proposta geral do Encontro Nacional de Arquitetos recomendou-se que já acontecesse no ano seguinte um novo encontro sobre Preservação de Bens Culturais que incluísse outras categorias profissionais, afins ao tema. O ARQUIMEMÓRIA II de fato aconteceria, em Belo Horizonte, no ano de 1987, como veremos a seguir. Nesse mesmo ano, entre 23 e 27 de outubro, aconteceu o *VII Encontro Nacional sobre Formação Profissional do Arquiteto*, em Goiânia, onde as discussões do tema também se fizeram presentes.

DO ARQUIMEMÓRIA I ÀS TÉCNICAS RETROSPECTIVAS

Em 1982, foi realizado em Salvador o *XI Congresso Brasileiro de Arquitetos*, que debateu o tema "O Arquiteto e a Gestão Democrática da Cidade" antecipando-se a uma questão que passaria a ter repercussão nacional ao longo de toda essa década.

Entre 5 e 7 de maio de 1986 aconteceu o *Simpósio Políticas de Patrimônio Cultural e Políticas de Desenvolvimento Urbano* na FAU/USP, no qual uma das conferências, intitulada *Os Planos de Renovação Urbana e a Preservação do Patrimônio Cultural de São Paulo*, enfatizou a relevância do tema nos encontros de arquitetos e urbanistas na década de 1980.

O *2º Encontro Nacional de Preservação de Bens Culturais*, o ARQUIMEMÓRIA II aconteceu de 26 a 30 de agosto de 1987, em Belo Horizonte, e objetivou a discussão e a avaliação das políticas e conceitos que têm orientado a ação na área da preservação, restauração e revitalização do acervo arquitetônico urbano e ambiental. Os grupos de trabalho foram divididos em: Patrimônio Ambiental Urbano; Patrimônio Arqueológico e Paisagístico; Políticas, Ação Institucional e Instrumentos e Intervenções: Critérios e Tecnologias.

Observando os *Anais*, com breves resumos dos trabalhos apresentados, podemos reparar que, de uma forma geral, esse encontro foi mais voltado para a troca de experiências profissionais, não se aprofundando tanto nas questões do ensino. O único resumo encontrado dentro dessa temática foi o trabalho intitulado: *O Patrimônio Cultural na Formação do Arquiteto*, de Fernando Achiamé, historiador e professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Espírito Santo. Nesse projeto ele conta sobre a experiência como docente na disciplina optativa denominada "Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural".

Segundo o autor, a disciplina era desenvolvida de forma a permitir que os futuros arquitetos conheçam os conceitos, as teorias, a legislação e recomendações nacionais e internacionais, os aspectos jurídicos, entre outras abrangências das arquiteturas consideradas patrimônio cultural e patrimônio ambiental urbano. O professor argumenta a necessidade de disciplinas com programas semelhantes serem ministradas em caráter obrigatório nos cursos de arquitetura do país.

Observamos que a década de 1980 foi rica em discussões que debatem intensamente as relações entre as atribuições profissionais do arquiteto, o ensino e as associações destes com a preservação do patrimônio cultural do Brasil. Entretanto, as comissões de ensino criadas em 1981 só veriam os reflexos das mudanças curriculares propostas em 1994, com a implantação das novas diretrizes curriculares; mas as discussões em torno das áreas especializadas se mantiveram até lá.

Na década de 1990, novos instrumentos foram discutidos. Na publicação dos cadernos 9 e 10 da ABEA (1992), que tratam do *Seminário Nacional: critérios para avaliação da educação do arquiteto e urbanista*, encontramos dois textos que criticam o problema referente ao "não" ensino de patrimônio nas Escolas de Arquitetura.

No caderno 9, Cléia Rúbia de Andrade Castro, professora do Curso de Desenho Industrial das Faculdades Integradas do Norte do Paraná, com o texto *Arquitetura, ensino, patrimônio*, narra a importância da preservação do patrimônio despertada na sua graduação através de um inventário feito num barracão de café, numa cidade no Paraná, e o quanto isto foi importante para motivar as relações entre a história, a cultura e o novo, e o quanto esta temática era ausente ainda nas Escolas de Arquitetura.

No caderno 10, foi publicado o texto de Maria Elisa Soares Meira, apresentado no I ARQUIAMÉRICA, realizado em Ouro Preto, em 1992. Na ocasião, o texto *Patrimônio cultural e formação profissional* abriu os debates do subtema Formação e Atuação Profissional do evento. Ela expõe que um arquiteto necessita de qualificação para dominar o conhecimento sobre patrimônio construído pela humanidade e sobre a intervenção no espaço das cidades já existentes para projeção das novas.

> Poderíamos responder que nenhum arquiteto detém toda esta competência, e que, em verdade, cada um de nós aprofunda parte desse conjunto de atribuições e exerce sua profissão nessa área. Essa resposta é parcial visto que desconsidera que apesar de não atuarmos diretamente em todos os campos de nossas atribuições, devemos, para intervir em partes, conhecer o todo. […]
>
> Enunciando o que entendemos como arquitetura e patrimônio, esclarecida a visão da coexistência de arquitetos e não-arquitetos na construção de um legado – a expressão da cultura de uma sociedade –, defendida a perspectiva de que são os arquitetos os guardiões do acervo, por sua condição de especialistas retomaria a questão educação, ou, como querem alguns, a "formação" do arquiteto.

> O estudo da educação escolarizada dos arquitetos demonstra que existem “temas ausentes” em silêncios que escondem aspectos do aprendizado da história da especialidade. A base da discriminação dos temas no interior dos cursos é a definição de “temas relevantes”. Esta definição não seria tensa se não excluísse, escondendo, conhecimentos e experiências fundamentais à educação do arquiteto. (ABEA, 1992, p. 82-83)

As pessoas e as discussões citadas neste trabalho estruturam a base para a construção da disciplina incluída nos currículos mínimos das faculdades de Arquitetura e Urbanismo, responsável pelos conteúdos de restauração e pela preservação do patrimônio. Instituída pela Portaria n.º 1770 de 1994, a nova disciplina obrigatória nos currículos recebeu a denominação de “Técnicas Retrospectivas”.

O último registro que encontramos tratando sobre as propostas que antecederam a implantação do currículo de 1994, no que diz respeito à disciplina Técnicas Retrospectivas, foi nos *Anais do* XVII Seminário Nacional sobre o Ensino de Arquitetura (ABEA, 1993), onde o professor Euler Santos Arruda, da UFPA, levantou a discussão do tema. Essa informação consta na ata das conclusões oriundas das discussões levantadas no evento, nas quais o professor argumentou sobre a necessidade da inserção das disciplinas de “Conservação e Restauração” nos currículos, o que, segundo registro nos anais, ficou determinado que fosse mais aprofundado na elaboração de conteúdos e metodologia pertinentes às práticas de preservação e recuperação do patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico. Esse aprofundamento justifica-se em função da inserção dos conteúdos das Técnicas Retrospectivas, incluída no projeto de revisão do currículo mínimo.

Em 1993, o ICOMOS Internacional, em sua 10ª Assembleia Geral, na cidade de Colombo, capital do Sri Lanka, publicaria um documento intitulado *Diretrizes para Educação e Treinamento em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios*. O documento reconhece que muitas profissões requerem educação e treinamento adequados para garantir uma boa comunicação e ação coordenada na conservação e que as instituições e órgãos envolvidos no desenvolvimento de programas de treinamento devem ajudar na definição e construção de padrões e critérios apropriados, adequados para atender aos requisitos técnicos e culturais específicos em cada comunidade ou região. Além disso, define algumas diretrizes, recomendando que estas fossem difundidas entre as instituições, organizações e autoridades pertinentes.

Especificamente sobre os Programas e Cursos de Educação e Formação, o documento aborda diretamente atribuições profissionais que estão vinculadas ao trabalho do arquiteto e urbanista no Brasil, quando afirma que:

> A educação e o treinamento para conservação devem ser produzidos a partir de um grupo de profissionais, conservacionistas capazes de:
> a) ler um monumento, conjunto ou local e identificar seu significado emocional, cultural e de uso;
> b) compreender a história e a tecnologia dos monumentos, conjuntos ou locais, a fim de definir sua identidade, planejar sua conservação e interpretar os resultados desta análise;
> c) compreender a localização de um monumento, conjunto ou local, seu conteúdo e arredores, em relação a outros edifícios, jardins ou paisagens;
> d) encontrar e absorver todas as fontes de informação disponíveis relevantes para o monumento, conjunto ou local estudado;

> e) entender e analisar o comportamento de monumentos, conjuntos e locais com sistemas complexos;
> f) diagnosticar causas intrínsecas e extrínsecas de deterioração como base para a ação apropriada;
> g) inspecionar e tornar os relatórios inteligíveis para leitores não especializados de monumentos, conjuntos ou sítios, ilustrados por meios gráficos, como esboços e fotografias;
> h) conhecer, entender e aplicar as convenções e recomendações da Unesco, do ICOMOS ou de outras Cartas, regulamentações e diretrizes reconhecidas;
> i) fazer julgamentos equilibrados com base em princípios éticos compartilhados e aceitar a responsabilidade pelo bem-estar em longo prazo do patrimônio cultural;
> j) reconhecer quando o conselho deve ser procurado e definir as áreas de necessidade de estudo por diferentes especialistas, por exemplo. pinturas de parede, esculturas e objetos de valor artístico e histórico, e/ou estudos de materiais e sistemas;
> k) prestar consultoria especializada em estratégias de manutenção, políticas de gerenciamento e estrutura de políticas para a proteção ambiental e preservação de monumentos, seu conteúdo e locais;
> l) documentar trabalhos executados e torná-los acessíveis;
> m) trabalhar em grupos multidisciplinares usando métodos claros;
> n) ser capaz de trabalhar com a população local, administradores e planejadores para resolver conflitos e desenvolver estratégias de conservação apropriadas às necessidades, habilidades e recursos locais; […] (ICOMOS, 1993, n. p.).

O documento frisa que deve haver uma organização para a formação, sempre incentivada no âmbito nacional e internacional e aponta muitas prerrogativas que os técnicos do patrimônio, estudantes e professores brasileiros já apontaram intensamente na década de 1980, como: a importância de que a educação e a sensibilização para a conservação devem começar nas escolas e continuar nas universidades; a necessidade da introdução dos conceitos de técnicas de conservação no gerenciamento do ambiente natural e construído e dos objetos nele contidos; e o aumento de cursos de especialização na área.

Embora o documento trate da multidisciplinaridade do trabalho junto à conservação e restauração do patrimônio cultural, aqui nos restringimos a olhá-lo sob a ótica do trabalho do arquiteto e urbanista, que é o objeto de estudo do nosso trabalho.

Foi dentro deste contexto e inquietações que surge através da Portaria n.º 1770/MEC, a disciplina surgida nos currículos mínimos das faculdades de arquitetura e urbanismo no Brasil, que tratou dos conteúdos relativos ao tema patrimônio cultural, foi batizada com esta provisória e não obrigatória nomenclatura: *Técnicas Retrospectivas.*

Essa portaria trouxe as novas diretrizes curriculares para os cursos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, nas quais, entre outras reformulações, há a obrigatoriedade do ensino do patrimônio.

Embora muitas tenham sido as reflexões sobre a importância do ensino de patrimônio nas escolas de arquitetura na década de 1980, observamos que não só o nome foi genérico na definição da disciplina, como nenhuma diretriz de carga horária mínima e de conteúdo foram definidos. A implantação desse conteúdo se tornou vaga e na prática cada escola adotou seus próprios critérios de implantação, que nem sempre favoreceram o conhecimento dos jovens arquitetos no trato com nosso patrimônio.

O problema da formação ainda é latente dentro das discussões no Brasil, e é preciso refletir sobre seus impactos no nosso patrimônio cultural.

Neste trabalho buscamos resgatar o estado da arte desta discussão e trazer uma reflexão sobre a necessidade de rediscussão do tema em conjunto com as universidades, os conselhos profissionais e os de especialistas em prol da salvaguarda de nosso patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS:

ABEA – Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. *Documentos básicos: comissão de especialistas no Ensino de Arquitetura e Urbanismo* – CEAU. São Paulo: FAU-USP, 1975.

ABEA – Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. *Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo: ABEA, 1977a.

ABEA – Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. *Subsídios para reformulação do ensino de arquitetura*. São Paulo: ABEA, 1977b.

Alberti, Leon Batista. *Da arte de construir: tratado de arquitetura e urbanismo*. Org. e trad. Sérgio Romanelli. São Paulo: Hedra, 2012.

Alcântara, Dora. [Correspondência]. Destinatário: Sphan Pró-memória. [S. l.], 1981. 1 carta.

Andrade, Dias de. “Nosso Encontro sobre Preservação”. In: Jornal do IAB- SP, São Paulo, ano 1, n. 8, p. 3. 1981. Disponível em: https://www.iabsp.org.br/boletins/boletins_1981.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

Andrade, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

Bicca, Briane Elizabeth Panitz et al. ‘Informe ao I Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais: a formação do arquiteto e a preservação do patrimônio cultural”. Arquivo Geral do IPHAN, 1981.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Diário Oficial da União. Brasília, 1988. Disponível em http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao?Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

Congresso brasileiro de arquitetos, 9, 1976: São Paulo. Anais. São Paulo: IAB; 1976.

Costa, Lúcio. *Compromisso de Brasília, de abril de 1970*. 1º Encontro dos governadores de estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

Cultura/Educação, SEC. “A Construção do novo e o problema do patrimônio”. Boletim SPHAN-Pró-Memória. Brasília, DF, n. 11, mar/abr. 1981.

Graeff, Edgar Albuquerque. “A democratização do ensino público”. In: Revista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, n.1, 1998.

Guedes, Maria Tarcila. “Inventário nacional dos bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz”. In: Revista do IPHAN, n.º 22, p. 86-89, 1987. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

Hertz, Alfredo de Sá Earp. “Contra a destruição de nosso patrimônio”. In: Revista A Plenária, do IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETURA, p. 3, Porto Alegre, 28 de outubro de 1976.

IAB. “Proposta da Forma de Atuação do Arquiteto na Sociedade Brasileira”. In: Anais. X CONGRESSO DE ARQUITETURA. Brasília, v. 2, p. 37-38, 1979.

Meira, Maria Elisa. “Patrimônio cultural e formação profissional”. ARQUIAMÉRICA, set. 1992, Ouro Preto, MG. Anais. Ouro Preto, MG. Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, 1992.

Meira. Maria Elisa. “Técnicas retrospectivas: manutenção e reabilitação da paisagem construída”. In: Encontro Nacional Sobre Ensino De Arquitetura E Urbanismo – Práticas Pedagógicas, 15. 1998, Campo Grande, MS. Cadernos Abea, n. 22. Campo Grande, MS; Abea/UNIDERP, 1998.

Rodrigues, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969- 1987. 1ª edição*. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado/Condephaat/ Fapesp, 2000.

Rodrigues, Sérgio Corvello; Taddel, Pedro (relatores). “Relatório Final: uma síntese dos debates do Congresso”. Revista ARQUITETO, n.º 41, O Congresso, p. 19-23, São Paulo, 1976.

Santos, Paulo. *Carta ao professor Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro, 1980*. Manuscrito. Acervo pessoal Paulo Ferreira Santos, Biblioteca Paulo Santos, Paço Imperial.

Simas, Eduardo Furtado de. *Importância da atuação conjunta na preservação dos bens culturais do Brasil*. In: Arquivo Geral do IPHAN, 1981.

SPHAN/Pró-memória. *Boletim nº 40. mar/abr*. 1988. Editado pela Fundação Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bol_sphan&pagfis=1100. Acesso em: 10 mai. 2017.

SPHAN/Pró-memória. *Boletim nº 45. jan/fev*. 1988. Editado pela Fundação Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bol_sphan&pagfis=1242. Acesso em: 10 mai. 2017.